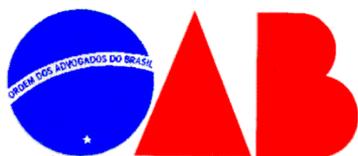


ATENÇÃO: Prova Prático-Profissional (Subjetiva) - 10 de Fevereiro de 2001, das 9 às 13 horas, devendo os aprovados comparecerem às 8 horas portando caneta azul ou preta e material de consulta, conforme edital.



Prova Objetiva do III EXAME DE ORDEM / 2000
02.12.00

ÉTICA, ESTATUTO E REGULAMENTO DA OAB

1. Relativamente à Conferência Nacional dos Advogados, promovida pelo Conselho Federal da OAB, qual a afirmativa **correta**, dentre as abaixo arroladas?
 - a A Conferência Nacional dos Advogados é realizada bianualmente, no primeiro ano do mandato.
 - b A Conferência Nacional dos Advogados é realizada bianualmente, no segundo ano do mandato.
 - c A Conferência Nacional dos Advogados é realizada trienalmente, no primeiro ano do mandato.
 - d A Conferência Nacional dos Advogados é realizada trienalmente, no segundo ano do mandato.

1. Quais os integrantes da Diretoria do Conselho Federal da OAB que presidem, respectivamente, a 2ª Câmara, o Órgão Especial do Conselho Pleno, a 3ª Câmara e a 1ª Câmara?
 - a Secretário-Geral Adjunto, Presidente, Tesoureiro e Vice-Presidente.
 - b Secretário-Geral, Vice-Presidente, Tesoureiro e Secretário-Geral Adjunto.
 - c Secretário-Geral Adjunto, Vice-Presidente, Tesoureiro e Secretário-Geral.
 - d Secretário-Geral, Presidente, Secretário-Geral Adjunto e Tesoureiro.

1. A quem compete alterar o Regulamento Geral e o Código de Ética e Disciplina?
 - a Ao Conselho Seccional;
 - b Ao Colégio de Presidentes de Seccionais, por proposta apresentada pela Seccional interessada, desde que aprovada, no mínimo, por dois terços dos Presidentes de Seccionais perante à reunião;
 - c Ao Colégio de Presidentes de Seccionais, por proposta apresentada pela Seccional interessada, desde que aprovada, no mínimo, por maioria simples dos Presidentes de Seccionais presentes à reunião;
 - d Ao Conselho Federal.

1. Dentre as afirmativas abaixo, apenas uma é **incorreta**. Assinale-a.
 - a É direito e dever do advogado assumir a defesa criminal, sem considerar sua própria opinião sobre a culpa do acusado.
 - b Cargo de conselheiro ou de membro de diretoria de órgão da OAB é de exercício gratuito e obrigatório, considerado serviço público relevante, inclusive para fins de disponibilidade e aposentadoria.
 - c É obrigatória a indicação do nome e do número de inscrição em todos os documentos assinados pelo advogado, no exercício de sua atividade.
 - d Licencia-se o profissional que passar a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com a advocacia.

1. A multa, uma das sanções disciplinares, é aplicável cumulativamente com a censura ou suspensão, em havendo circunstâncias agravantes. Quais os limites, em termos de valor, de sua aplicação?
 - a no mínimo, o valor de meia anuidade; no máximo, o de uma anuidade;
 - b no mínimo, o valor de uma anuidade; no máximo, o de duas anuidades;
 - c no mínimo, o valor de uma anuidade; no máximo, o de dez anuidades;
 - d no mínimo, o valor de uma anuidade; no máximo, o de vinte anuidades.

1. Assinale, a seguir, a única alternativa **correta**.
 - a São órgãos da OAB o Conselho Federal, os Conselhos Seccionais, as Subseções e os Tribunais de Ética e Disciplina.
 - b No Conselho Federal o voto é tomado por delegação, e pode ser exercido nas matérias de interesse da unidade que represente.
 - c A Conferência Nacional dos Advogados é o órgão consultivo máximo do Conselho Federal da OAB.
 - d Havendo mais de quinze advogados, a Subseção pode ser integrada, também, por um Conselho em número de membros fixado pelo Conselho Seccional.

1. Assinale, a seguir, a única alternativa **incorreta**.
 - a Em caso de extinção ou desativação da Caixa de Assistência dos Advogados, seu patrimônio se incorpora ao do Conselho Seccional respectivo.
 - b Advogado pode funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente, desde que por ele autorizado.
 - c Substabelecimento do mandato, com reserva de poderes, é ato pessoal do advogado da causa.
 - d Cada Conselho Seccional possui a sua Tabela de Honorários.

1. É permitido ao advogado que tenha sofrido qualquer sanção disciplinar requerer, após seu cumprimento, a reabilitação, em face de provas efetivas de bom comportamento. Quanto tempo, após o cumprimento da sanção disciplinar, tal pedido pode ser

apresentado?

- a trinta dias após;
- b sessenta dias após;
- c um ano após;
- d dois anos após.

1. A que órgão do Conselho Federal da OAB compete decidir os recursos sobre inscrição nos quadros da OAB?

- a Conselho Pleno;
- b 1ª Câmara;
- c 2ª Câmara;
- d 3ª Câmara.

1. As regras que norteiam a eleição da Diretoria do Conselho Federal estabelecem que será admitido o registro, junto ao referido Órgão, de candidatura à presidência, desde seis meses até um mês antes da eleição, e que o requerimento de registro deverá vir acompanhado do apoio de um determinado número de Conselhos Seccionais. Pergunta-se: quantos Conselhos Seccionais devem apoiar o registro de eventual candidatura à Presidência, para que ele seja válido?

- a no mínimo 3 (três) Conselhos Seccionais;
- b no mínimo 4 (quatro) Conselhos Seccionais;
- c no mínimo 5 (cinco) Conselhos Seccionais;
- d no mínimo 6 (seis) Conselhos Seccionais.

DIREITO CIVIL/PROCESSO CIVIL

1. Tem capacidade processual para estar em Juízo:

- a toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos;
- b os incapazes, representados ou assistidos por seu pais, tutores ou curadores, na forma da lei civil;
- c espólio, representado pelo inventariante;
- d todas as alternativas são verdadeiras.

1. Considera-se litigante de má-fé:

- I - a parte que alterar a verdade dos fatos;
- II - a parte que interpõe recurso com intuito manifestamente protelatório;
- III - a parte que proceder de modo temerário em qualquer incidente no processo;

- a somente o item I está correto;
- b somente o item II está correto;
- c somente os itens I e III estão corretos;
- d todos os itens estão corretos.

1. A denunciação da lide é obrigatória:

I - ao alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta;

II - àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda;

III - do devedor, na ação em que o fiador for réu;

a somente o item I está correto;

b somente o item II está correto;

c os itens I e II estão corretos;

d todos os itens estão corretos.

1. Compete ao Ministério Público intervir:

I) apenas nas causas em que há interesses de incapazes;

II) nas causas concernentes ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela e interdição;

III) nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse de terra rural e nas demais causas em que haja interesse público, evidenciado pela natureza da lide.

a todos os itens estão corretos;

b somente os itens I e II estão corretos;

c somente o item III está correto;

d somente os itens II e III estão corretos.

1. Existe conflito de competência:

a quando dois ou mais juízes se declaram competentes;

b quando dois ou mais juízes se consideram incompetentes;

c quando entre dois ou mais juízes surge controvérsia acerca de reunião ou separação de processos;

d todas as alternativas estão corretas.

1. Assinale a alternativa correta:

a juiz da causa principal é também competente para a reconvenção;

b consideram-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir;

c as ações fundadas em direito pessoal e direito real sobre bens móveis, são propostas, em regra, no foro do domicílio do réu;

d todas as alternativas são verdadeiras.

1. Assinale a alternativa incorreta:

a a toda causa será atribuído um valor certo, mesmo que não tenha conteúdo econômico;

b valor da causa constará sempre da petição inicial;

- c réu poderá, a qualquer tempo, impugnar o valor atribuído à causa;
- d inexistindo impugnação, presume-se aceito o valor indicado para causa na petição inicial.

1. Contra sentença de mérito, com trânsito em julgado, que violar literal disposição de lei, pode a parte vencida promover:

- a ação rescisória, no prazo de dois anos, contados do trânsito em julgado da decisão;
- b ação rescisória, no prazo de cinco anos, contados do trânsito em julgado da decisão;
- c recurso de apelação para o Tribunal de Justiça Estadual;
- d recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça.

1. Em face das afirmações abaixo relacionadas, assinale a alternativa correta:

- D) o recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público;
- II) o Ministério Público somente tem legitimidade para recorrer no processo em que figurar como parte;
- III) o recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a concordância do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso;
- IV) o recurso extraordinário e o recurso especial não impedem a execução da sentença.

- a somente o item I está correto;
- b os itens I, II e III estão corretos;
- c os itens I, III e IV estão corretos;
- d os itens II, III e IV estão corretos.

1. Assinale a alternativa correta:

- a a petição inicial será indeferida quando a parte for manifestamente ilegítima;
- b considera-se inepta a petição inicial quando lhe faltar pedido ou causa de pedir;
- c havendo recurso de apelação do autor contra o indeferimento da petição inicial, é facultado ao juiz reformar a sua decisão no prazo de 48 horas;
- d todas as alternativas são verdadeiras.

1. Assinale a alternativa incorreta:

- a são cabíveis embargos de declaração, quando houver na sentença obscuridade ou contradição;
- b recurso extraordinário, nos casos previstos na Constituição Federal, é interposto perante o presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido;
- c cabem embargos infringentes quando não for unânime o acórdão proferido em todos os recursos julgados pelos tribunais superiores;
- d a renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.

1. Consideram-se títulos executivos judiciais:

- I - a sentença condenatória proferida no processo civil;

- II - a sentença penal condenatória com trânsito em julgado;
- III - a sentença arbitral e a sentença homologatória de transação ou de conciliação;
- IV - o formal e a certidão de partilha.

- a todos os itens são incorretos;
- b todos os itens são corretos;
- c somente os itens I e II estão corretos;
- d somente os itens III e IV estão corretos.

1. O usufruto extingue-se:

- a pela morte do usufrutuário;
- b pelo termo de sua duração;
- c pela prescrição;
- d todas as alternativas estão corretas.

1. Adquire-se a propriedade de bem imóvel:

- I - pela transcrição do título de transferência no registro de imóvel;
- II - pela tradição;
- III - pela escritura de compra e venda lavrada em cartório;
- IV - pelo usucapião.

- a somente os itens I e II estão corretos;
- b os itens I, II e III estão corretos;
- c somente os itens I e IV estão corretos;
- d todos os itens estão corretos.

1. Constituem direitos reais, além da propriedade:

- a a hipoteca;
- b as servidões;
- c penhor;
- d todas as alternativas estão corretas.

1. Assinale a alternativa incorreta:

- a na obrigação de fazer o credor não é obrigado a aceitar de terceiro a prestação, quando for convencionado que o devedor a faça pessoalmente;
- b nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou;
- c nas obrigações solidárias, o pagamento feito a um dos credores solidários não extingue inteiramente a dívida;
- d credor de coisa certa não pode ser obrigado a receber outra, ainda que mais valiosa.

1. Extingue-se o mandato:

- a pela revogação;
- b pela renúncia;
- c pela conclusão do negócio;
- d todas as alternativas são verdadeiras.

1. Perde-se a propriedade das coisas:

- a pelo abandono;
- b pela tradição;
- c pelo constituto possessório;
- d todas as alternativas estão corretas.

1. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- I - os menores de 16 (dezesesseis) anos;
- II - os loucos de todo o gênero;
- III - os surdos mudos, que não puderem exprimir a sua vontade;
- IV - os ausentes, declarados por ato do juiz.

- a somente os itens I e II estão corretos;
- b somente os itens I, II e III estão corretos;
- c todos os itens estão corretos;
- d somente os itens I e IV estão corretos.

1. Extingue-se o processo, com julgamento de mérito:

- I - Quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor;
- II - Quando o réu reconhecer a procedência do pedido;
- III - Quando as partes transigirem ;
- IV - Quando o juiz indeferir a petição inicial.

- a somente o item I está correto;
- b somente o item II está correto;
- c os itens I, II e III estão corretos;
- d todos os itens estão corretos.

DIREITO PENAL/PROCESSUAL PENAL

1. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **correta**:

- a O recurso em sentido estrito tem efeito *iterado* ou *regressivo* .
- b É aplicável o arrolamento de testemunhas com a *cláusula de imprescindibilidade* no

rito sumário.

- c É de 30 dias o prazo máximo para serem ouvidas as testemunhas da acusação no rito ordinário, estando o réu preso.
- d A *Nota de Culpa* deve ser entregue ao preso no prazo de 48 horas, a contar da lavratura do *Auto de Flagrante*.

1. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **correta**:

- a No recurso em sentido estrito, talqualmente a apelação, é facultado ao recorrente arrazoar em segunda instância.
- b O promotor público é obrigado a se conformar com a rejeição da denúncia pelo Juiz.
- c O promotor público após oferecer denúncia, descobrindo que o réu é inocente pode desistir da ação penal.
- d É de três dias o prazo para oferecer as Razões no caso de contravenção.

1. Indique abaixo a alternativa **incorreta**:

- a É de 2 dias o prazo para oferecimento das Razões, em se tratando de Recurso em Sentido Estrito.
- b No plenário do Júri não vigora, obrigatoriamente, o sistema presidencialista de inquirição.
- c O promotor deve ler o libelo antes de sua sustentação, mas a omissão não representa nulidade.
- d As nulidades ocorridas em plenário do Júri devem ser argüidas em preliminar na apelação.

1. Indique abaixo a alternativa **correta**:

- a O libelo é peça inicial do *judicium accusationis*.
- b Somente testemunhas numerárias podem ser *citadas* para comparecer a Juízo e *interrogadas*.
- c A confissão do acusado constitui, obrigatoriamente, prova plena de sua culpabilidade.
- d Não se pode apreender documentos em poder do advogado do réu, a menos que constitua *corpo de delito*.

1. Indique abaixo a alternativa **incorreta**:

- a Da decisão que conceder liberdade provisória cabe *habeas corpus*.
- b A apresentação espontânea não impede a decretação da prisão preventiva.
- c A sentença de pronúncia é uma decisão interlocutória mista não terminativa.
- d Juiz, entendendo necessário, poderá interrogar o acusado mais de uma vez.

1. Sendo duvidosa a prova da alegada legítima defesa, deve o Juiz:

- a Absolver sumariamente o acusado.

- b Impronunciar o acusado.
- c Pronunciar o acusado.
- d Absolver o acusado com base no princípio *in dubio pro réu*.

1. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **correta**:

- a Talqualmente a denúncia, havendo dois ou mais réus haverá um só libelo, a todos abrangendo.
- b A procuração outorgada para oferecimento de queixa-crime basta conter o nome do querelado e a narração sucinta do delito.
- c A realização do inquérito policial não interrompe o prazo decadencial dos crimes contra a honra.
- d A falta de intimação, ao réu, da sentença de pronúncia, não evita a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri.

1. Analise as proposições a seguir e assinale a alternativa em que se encontra a seqüência **correta**:

- I) A finalidade do inquérito policial é a apuração de fato que configure infração penal e a respectiva autoria para que possa a autoridade policial oferecer denúncia.
- II) Para instauração de inquérito por crime de ação privada exclusiva o ofendido ou quem legalmente o represente deve apresentar *queixa* na delegacia.
- III) Em se tratando de Recurso em Sentido Estrito, não é facultado a recorrente e recorrido apresentação de Razões em segunda instância.
- IV) O protesto por novo júri é cabível quando a pena imposta for superior a 20 anos.

- a sim, não, não, sim.
- b sim, sim, não, não.
- c sim, sim, sim, sim.
- d não, não, sim, não.

1. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa em que se encontra a seqüência **correta**:

- I) No julgamento pelo Tribunal do Júri, o desmembramento no caso de dois réus cabe à defesa e a escolha do réu a ser julgado cabe ao MP.
- II) O mandado de segurança, em matéria penal, igualmente o *habeas corpus*, pode ser impetrado por qualquer pessoa possua ou não capacidade postulatória.
- III) Estando o réu solto ou preso o prazo para oferecimento do libelo é o mesmo.
- IV) No julgamento pelo Tribunal do Júri, havendo 3 réus, o tempo para réplica e tréplica é de 1 hora e 30 minutos tanto para o MP quanto para a defesa.

- a sim, sim, sim, sim.
- b sim, não, sim, não.
- c não, não, sim, não.
- d sim, sim, não, sim.

1. Analise as proposições abaixo e indique a alternativa **correta**:

- a Da sentença de pronúncia cabe apelação.
- b A *exceção de notoriedade* é a oportunidade dada ao réu de demonstrar que suas afirmações são de domínio público.
- c O prazo para requerer Revisão Criminal é de 5 dias após o trânsito em julgado da sentença.
- d Havendo réplica, obrigatoriamente haverá a defesa de oferecer tréplica, sob pena de nulidade do julgamento.

1. Assinale abaixo a alternativa **incorreta**:

- a O assistente não pode interpor recurso de apelação mesmo quando o MP deixar de fazê-lo no prazo legal.
- b O menor de 21 anos e maior de 18 pode atuar como assistente do MP.
- c Somente se admite a assistência após o recebimento da denúncia.
- d O assistente receberá a causa no estado em que se achar.

1. Assinale as proposições abaixo e indique a alternativa **incorreta**:

- a A fuga do réu, logo após o protesto por novo júri, acarreta deserção, talqualmente ocorre com a apelação.
- b Caso o réu apele pelo mérito ao invés de protestar por novo júri, poderá o Tribunal conhecer da apelação como se fosse o protesto.
- c A carta testemunhável deve ser requerida no prazo de 48 horas após a ciência do despacho que denegar o recurso.
- d Os embargos infringentes não cabem em sede de *habeas corpus*.

1. Assinale a alternativa **correta**:

- Os ritos, ordinário e dos crimes dolosos contra a vida, são exatamente iguais até:
 - a O término da oitiva das testemunhas.
 - b Ao libelo.
 - c A sentença definitiva do rito ordinário e sentença de pronúncia etc. do rito dos crimes dolosos contra a vida.
 - d As alegações finais, inclusive.

1. Analise a proposição abaixo e indique a seqüência **correta**:

- Inclui-se no elenco dos crimes praticados contra a saúde pública:

- a Difusão de praga ou doença; epidemia; envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal; invólucro ou recipiente com falsa indicação de produtos alimentícios, terapêuticos ou medicinais.
- b Curandeirismo; charlatanismo; difusão de praga ou doença; epidemia; substância destinada a falsificação de produtos alimentícios, terapêuticos ou medicinais.
- c Uso de gás tóxico ou asfixiante; epidemia; curandeirismo; exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica.
- d Curandeirismo; charlatanismo; epidemia; envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal.

1. Sobre o concurso de pessoas é **correto** afirmar:

- a Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a ele cominadas, na sua forma integral.
- b Sendo a participação do agente de menor importância, a pena pode ser desconsiderada.
- c Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste.
- d Se o crime resultante da ação dos agentes foi mais grave do que o pretendido, por ele todos responderão.

1. Mévio foi emancipado por seus pais quando completou a idade de 18 anos. Aos 19, começou a namorar Joana, que tinha, à época, 18 anos. Saindo de uma festa, Joana foi abordada por Júlio, antigo namorado seu. Pensando que Júlio iria matar Joana, tendo em vista antigas ameaças, Mévio, munido de uma arma calibre “.38”, desferiu tiros em Júlio que, em consequência dos disparos, vem a falecer. Diante da presente questão, marque a **alternativa correta**.

- a Mévio cometeu o crime de homicídio e terá o prazo prescricional da pena reduzido à metade, considerando a sua idade ao tempo do crime.
- b A redução do prazo prescricional pela metade não alcançará Mévio, tendo em vista que já era emancipado à época do crime.
- c A redução do prazo prescricional pela metade somente atinge a prescrição intercorrente.
- d A redução do prazo prescricional pela metade só atinge os menores de 18 anos e os maiores de 70, ao tempo do crime.

1. Com referência aos **crimes contra a honra**, é **incorreto** afirmar:

- a A calúnia e a difamação atingem a honra objetiva do indivíduo. Já a injúria atinge sua honra subjetiva .

- b Na calúnia imputa-se fato definido como crime; na injúria imputa-se fato ofensivo à reputação do sujeito passivo.
- c Os crimes de calúnia e difamação só se consumam quando terceira pessoa toma conhecimento da imputação.
- d A calúnia versa sobre fato criminoso, enquanto a injúria recai sobre qualidade negativa da vítima.

1. Mévio praticou um crime em território argentino, cuja sentença transitou em julgado em 13.05.1992. Cumpriu totalmente a pena naquele território estrangeiro, que findou em 16.08.1994, tendo vindo, após, para o Brasil. Em 12 de novembro de 2000, Mévio comete no Brasil o crime de lesão corporal (pena de detenção, de 3 meses a 1 ano).

Sobre o presente problema, é **correto afirmar**:

- a Está configurada a reincidência, uma vez que Mévio cometeu novo crime depois de transitar em julgado a sentença que o condenou por crime anterior.
- b Não está configurada a reincidência, tendo em vista que entre a data do cumprimento do crime e a infração posterior decorreu período de tempo superior a 5 (cinco) anos.
- c Está configurada a reincidência, uma vez que o primeiro crime ocorreu em território estrangeiro e, em assim sendo, todo crime cometido posteriormente ao seu trânsito em julgado será considerado forma de reincidência.
- d Não está configurada a reincidência, uma vez que crime cometido no exterior não possui validade para efeitos de consideração do instituto da reincidência.

1. Analise as assertivas abaixo e, após, marque a **seqüência correta**:

- I) Não é possível aplicar-se o “*sursis*” no concurso de crimes.
- II) A reincidência em crime culposo ou doloso impede a concessão do “*sursis*”.
- III) O “*sursis*” etário é aplicado aos maiores de 70 anos na data da sentença.
- IV) “*Sursis*” humanitário é o concedido à pessoa enferma, desde que devidamente justificado.

- a Somente as assertivas II, III e IV estão corretas
- b Somente as assertivas I e IV estão corretas
- c Somente as assertivas III e IV estão corretas
- d Todas as assertivas estão corretas.

1. Mévio, funcionário autorizado, facilitou a introdução de dados falsos em determinado banco de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si. Diante da presente situação pode-se afirmar que **Mévio cometeu crime que se subsume no seguinte tipo penal**:

- a Introdução de dados falsos em sistema de informações.
- b Peculato simples.

- c Peculato culposo.
- d Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.

DIREITO DO TRABALHO/ PROCESSUAL TRABALHISTA

1. Compete a Justiça do Trabalho:

- D) apreciar e julgar ações de despejo e reintegratória, desde que a relação locatícia ou possessória decorra de contrato de trabalho subordinado;
- II) apreciar e julgar ação de consignação em pagamento, se o empregado recusar o recebimento das verbas rescisórias decorrentes do rompimento do vínculo de emprego;
- III) apreciar e julgar reclamatória trabalhista de empregado contra sindicato profissional, seu empregador;
- IV) apreciar e julgar ação rescisória proposta contra decisão de mérito do Tribunal Superior do Trabalho.

- a todos os itens estão corretos;
- b somente o item I está correto;
- c somente os itens I, II e III estão corretos;
- d somente os itens II, III e IV estão corretos.

1. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a o princípio “in dubio pro operario” tem apoio, entre outros, no artigo 10 da CLT que dispõe que qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados;
- b o direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;
- c o depósito recursal, para fins de recurso ordinário, deve ser recolhido pela parte vencida, empregador ou empregado, na conta vinculada do FGTS junto a Caixa Econômica Federal;
- d os prazos para interposição do recurso ordinário e dos embargos de declaração são, respectivamente, de oito (8) dias e de cinco (5) dias.

53. Conforme dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho:

- D) o trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre a hora diurna;
- II) a hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos;
- III) considera-se noturno o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte;
- IV) o trabalhador que deixa de trabalhar em horário noturno e passa a trabalhar somente em jornada diurna, incorpora ao seu salário mensal o percentual recebido pelo trabalho noturno

suprimido.

- a somente o item I está incorreto;
- b os itens I e IV estão incorretos;
- c os itens II e III estão incorretos;
- d os itens I, III e IV estão incorretos.

54. Assinale a alternativa **correta**:

- a salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo;
- b ao menor aprendiz será pago salário nunca inferior a um salário mínimo legal;
- c após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias que deverão ser gozadas, impreterivelmente, no mês seguinte ao término do período aquisitivo desse direito;
- d o empregado poderá optar pelo recebimento em dinheiro do período integral das férias, ao invés de gozá-las com a interrupção do contrato de trabalho.

55. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a o empregado doméstico, responsável pelos serviços de jardinagem e guarda do imóvel residencial, não tem direito ao recebimento de horas extras;
- b empregado dispensado com justa causa terá direito a receber saldo de salários e férias vencidas;
- c empregado que deixa o emprego por vontade própria não tem direito a receber aviso prévio;
- d despedida indireta ocorre quando o empregado pratica falta grave, dando justo motivo ao empregador para romper o contrato de trabalho

56. Reclamação trabalhista submetida ao procedimento sumaríssimo previsto na CLT:

- I) deverá conter pedido certo ou determinado;
- II) deverá indicar o valor correspondente do pedido certo ou determinado;
- III) não poderá ser ajuizada por advogado, apenas pelo reclamante;
- IV) não permite a citação do reclamado por edital.

- a o item I, II e III estão corretos;
- b os itens I e II estão incorretos;
- c os itens I, II e IV estão corretos;
- d todos os itens estão corretos.

57. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a o preposto da empresa deve ter conhecimento dos fatos narrados na petição inicial;
- b as declarações, em audiência, do preposto da empresa obrigarão o preponente;
- c o preposto da empresa, sempre que possível, será empregado da empresa reclamada;
- d o preposto da empresa, necessariamente, deverá ocupar cargo de direção ou gerência da empresa reclamada.

58. Assinale a alternativa **correta**:

- a nas localidades em que houver apenas uma Vara, ou um escrivão do cível, a reclamação trabalhista será apresentada diretamente à secretaria da Vara, ou ao cartório do juízo;
- b havendo mais de uma Vara ou mais de um juízo, ou escrivão do cível, a reclamação trabalhista será dirigida ao diretor do Fórum, que indicará a Vara ou cartório do juízo que processará a demanda;
- c a reclamação trabalhista somente poderá ser escrita, não mais vigorando o “jus postulandi” na Justiça do Trabalho;
- d a citação inicial do reclamado sempre será procedida por Oficial de Justiça.

59. Com relação à fase probatória no processo trabalhista é **correto** afirmar:

- a não será admitido o depoimento de testemunha que não souber falar a língua nacional;
- b não será admitido o depoimento da parte que não souber falar a língua nacional;
- c não sendo inquérito para apuração de falta grave, cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas;
- d não se admite prova emprestada no processo trabalhista.

60. É **incorreto** afirmar:

- a contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho que julga recurso ordinário cabe a interposição de recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho;
- b contra decisão de Vara do Trabalho que julga reclamação trabalhista cabe a interposição de recurso ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho;
- c contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho em embargos de declaração cabe a interposição de recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho;
- d contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho em ação rescisória cabe a interposição de recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho;

61. Podem assinar contrato de trabalho:

- a homens maiores de sessenta e cinco anos de idade;
- b mulheres maiores de sessenta anos de idade;
- c mulheres solteiras maiores de dezoito anos de idade;
- d todas as respostas estão corretas.

62. Analise as proposições a seguir e assinale a **seqüência correta**:

- I) para ingresso na carreira de Juiz do Trabalho em uma das Varas do Trabalho necessariamente o interessado deverá submeter-se a concurso público de provas e títulos;
- II) as vagas destinadas a Juiz do Trabalho de um Tribunal Regional do Trabalho necessariamente são preenchidas por merecimento e antigüidade, alternadamente;
- III) as dezessete vagas de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho são preenchidas por indicação do Senado Federal e referendo do Presidente de República;
- IV) os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho necessariamente deverão ser bacharéis em Direito.

- a não, sim, sim, não.
- b sim, sim, não, sim.
- c sim, não, não, não.
- d sim, não, não, sim.

63. Analise as proposições a seguir e assinale a **seqüência correta**:

- I) é proibido o trabalho para o menor de 14 anos de idade;
- II) o trabalhador autônomo não mantém vínculo de emprego com aquele que lhe toma o serviço;
- III) o contrato de experiência tem como prazo máximo de duração 90 dias;
- IV) o contrato por prazo determinado tem como prazo máximo de duração 2 anos.

- a sim, sim, sim, sim.
- b não, não, não, não.
- c sim, não, sim, não.
- d não, sim, sim, não.

64. Proposta reclamação trabalhista com valor superior a quarenta salários mínimos, o rito a ser seguido é:

- a tentativa de conciliação, apresentação de defesa, instrução do processo, razões finais, nova tentativa de conciliação e sentença.
- b apresentação de defesa, instrução do processo, razões finais, tentativa de conciliação e sentença.
- c tentativa de conciliação, apresentação de defesa, e sentença.
- d apresentação de defesa, tentativa de conciliação, sentença.

65. Situações que acarretam a interrupção do contrato de trabalho. Marque a alternativa **correta**:

- a licença não remunerada e suspensão disciplinar;
- b licença gestante e férias;
- c licença prêmio e suspensão disciplinar;
- d férias e licença não remunerada.

DIREITO ADMINISTRATIVO

66. Ato unilateral, discricionário, precário, *intuitu personae*, precedido de licitação. Este conceito refere-se a :

- a permissão;
- b concessão;
- c delegação;
- d autorização.

67. Na licitação, entende-se o ato de adjudicação como o(a):

- a julgamento das propostas, na modalidade concorrência;
- b ato formal, pela autoridade superior, de reconhecimento da licitude da concorrência;
- c entrega, simbólica, do objeto licitado ao vencedor do procedimento;
- d reconhecimento da adequação do licitante aos termos do edital.

68. Em relação ao controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário, é **correto** afirmar:

- a o ato discricionário é imune ao controle judicial;
- b o controle judicial se faz mediante o sistema de dualidade de jurisdição;
- c a legalidade é o único aspecto a ser controlado pelo Poder Judiciário;
- d é vedado ao Poder Judiciário apreciar o mérito do ato administrativo.

69. Na responsabilidade civil, penal e administrativa do funcionário público:

- a as cominações civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, bem como as respectivas instâncias;
- b as cominações civis, penais e administrativas não poderão cumular-se, sendo dependentes entre si, bem como as respectivas instâncias;
- c poderão cumular-se apenas as cominações civis e administrativas, sendo dependentes entre si, bem como as respectivas instâncias;

- d poderão cumular-se apenas as cominações civis e penais, sendo dependentes entre si, bem como as respectivas instâncias.

70. A independência dos Poderes da União não permite:

- a que o Legislativo exerça controle sobre atos do Executivo;
- b que o Executivo nomeie pessoas para cargos do Judiciário;
- c que o Executivo disponha sobre organização e funcionamento dos serviços das Casas do Legislativo;
- d que o Executivo participe da elaboração legislativa.

71. A proibição de acumular cargos, empregos e funções, como tal estabelecida na Constituição:

- a restringe-se aos órgãos da Administração Direta federal, estadual e municipal;
- b alcança órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta federal, estadual e municipal;
- c estende-se às concessionárias de serviços públicos em geral;
- d impede o servidor público, também, de exercer atividade no setor privado.

72. A competência para estabelecer limites globais e condições, quanto ao montante da dívida mobiliária dos Municípios é do(a):

- a Congresso Nacional;
- b Senado Federal;
- c Câmara dos Deputados;
- d Respectivas Câmaras Municipais.

73. A função do Tribunal de Contas da União, com relação às atividades dos órgãos da Administração Pública Federal, no concernente aos procedimentos licitatórios, está compreendida no campo do(a):

- a Orientação;
- b Planejamento;
- c Supervisão;
- d Controle.

74. O processo administrativo disciplinar poderá ser revisto, a pedido do interessado, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias susceptíveis de justificar a inocência do punido ou inadequação da penalidade a ele aplicada:

- a a qualquer tempo;
- b no prazo de 10 anos;
- c no prazo de 1 ano;
- d no prazo de 2 anos;

75. Assinale a alternativa **correta**:

- a A critério da administração poderá ser concedida ao servidor em estágio probatório licença para trato de assuntos particulares, pelo prazo de até 2 (dois) anos consecutivos, desde que sem remuneração;
- b O servidor do Poder Executivo não poderá ter exercício em outro órgão da Administração Federal direta, mesmo que não tenha quadro próprio de pessoal;
- c o servidor investido no mandato de Prefeito será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- d O servidor afastado do cargo em virtude de investidura em mandato eletivo não contribuirá para a seguridade social.

DIREITO TRIBUTÁRIO

76. Não pode ser cobrado no mesmo exercício financeiro da publicação da lei que o institui:

- a o imposto sobre produtos industrializados;
- b o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários;
- c o imposto sobre a exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
- d o imposto sobre grandes fortunas.

77. BATALHADOR HONESTUS, nos termos e limites definidos em lei, possui pequena propriedade agrícola próxima à cidade de Cajazeiras - PB, onde cultiva mandioca com sua família e não possui outro imóvel. Em face disto ele:

- a estará sujeito ao ITR, pois seu imóvel, mede 20 hectares, não estando, portanto, beneficiado pela não incidência constitucional;
- b estará sujeito ao ITR, pois seu imóvel, medindo 20 hectares, já não está abrangido pela imunidade;
- c estará imune da incidência do ITR;
- d estará isento da incidência do ITR.

78. O Sr. PERERUXO foi autuado por infração à legislação do Imposto de Renda.

Defendeu-se judicialmente. A decisão final do litígio lhe foi desfavorável. Intimado a pagar o imposto e a multa devidos, ficou sabendo que entrara em vigor uma lei que deixava de definir como infração o ato praticado. Diante disto:

- a a lei vigente à época da infração somente não é aplicável ao caso se foi expressamente revogada pela posterior;
- b a nova lei não é aplicável ao caso, pois se trata de ato definitivamente julgado;
- c a nova lei retroage apenas para excluir a multa devida;
- d a nova lei retroage, para efeito de excluir o imposto devido.

79. O Sr. RICASSO faleceu e devia à Fazenda Pública Municipal de Cajazeiras a importância de R\$ 100.000,00, referente a tributos não pagos. Concluída a partilha, a meação da viúva atingiu o montante de R\$ 40.000,00. Uma filha maior e um filho menor, na qualidade de herdeiros, receberam seus quinhões no montante de R\$ 20.000,00, cada. Neste caso:

- a o filho menor e a filha maior respondem pelo crédito tributário do “*de cujus*” até o limite do seu quinhão (R\$ 20.000,00 cada) e a viúva até o limite da meação (R\$ 40.000,00)
- b a viúva e a filha maior respondem pelo valor total do crédito;
- c a viúva e a filha maior respondem pelo crédito tributário, limitado esta responsabilidade ao montante de R\$ 60.000,00;
- d tanto a viúva quanto os herdeiros respondem pelo valor total do crédito tributário (R\$ 100.000,00).

80. De acordo com o CTN a responsabilidade da pessoa incorporadora ou daquela que resulta de fusão, em relação aos tributos devidos pelas incorporadas ou fusionadas é:

- a solidária;
- b subsidiária;
- c exclusiva;
- d condicionada à inexistência de fraude ou simulação.

81. Um auditor fiscal da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, compareceu à Companhia Distribuidora de Rapaduras S/A., situada no Setor de Indústria e Abastecimento, lavrando o competente termo de início de fiscalização, no qual fixava prazo para apresentação de livros e documentos. Ao retornar ao estabelecimento, 72 horas depois, o auditor fiscal observou que o contribuinte havia recolhido o ICMS em atraso. Diante disto:

- a lavrou auto de infração, pois a denúncia da infração só exclui a responsabilidade antes do início de qualquer medida de fiscalização relacionada com a infração;
- b não lavrou auto de infração, pois a denúncia espontânea da infração exclui a responsabilidade do contribuinte;
- c lavrou o termo de encerramento da fiscalização, pois a sua missão estava cumprida

- com o recolhimento espontâneo pelo contribuinte;
- d não lavrou auto de infração, pois o recolhimento efetuado antes de notificado o contribuinte exclui a sua responsabilidade.
82. A competência para instituir impostos não previstos expressamente na Constituição Federal é:
- a da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
 - b da União e dos Estados;
 - c dos Estados e do Distrito Federal;
 - d da União.
83. A cobrança judicial do crédito tributário:
- a está sujeita a concurso de credores;
 - b não está sujeita a habilitação em falência;
 - c está sujeita a habilitação em concordata;
 - d não está sujeita a concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público.
84. A legislação sobre a fiscalização de tributos aplica-se às pessoas naturais e jurídicas, contribuintes ou não:
- a excluídas as que gozam de imunidade tributária;
 - b inclusive as que gozam de imunidade tributária;
 - c abrangendo apenas as que gozam de isenção de caráter geral;
 - d não abrangendo as que gozam de isenção de caráter pessoal.
85. Servidor da Secretaria de Fazenda, a fim de beneficiar pessoa jurídica que pretendia habilitar-se em concorrência pública, expediu certidão negativa de quitação de tributos, quando, na realidade, havia créditos tributários vencidos e não pagos pela empresa. A responsabilidade desse servidor:
- a limita-se ao crédito tributário e todos os acréscimos legais;
 - b limita-se ao aspecto funcional;
 - c limita-se ao aspecto criminal;
 - d é criminal e funcional, como dispuserem as leis respectivas, além dele responder pelo referido crédito tributário, acrescido de juros de mora.

DIREITO CONSTITUCIONAL

86. Assinale a alternativa **correta**:
- a Toda Constituição é rígida.
 - b O Conceito de Constituição em sentido formal identifica-se com o de Constituição em sentido sociológico.

- c Toda Constituição outorgada é democrática.
- d As Constituições não escritas podem ser rígidas.

87. Assinale a alternativa **correta**:

- a Qualquer juiz pode realizar controle difuso de constitucionalidade de leis.
- b Somente o Supremo Tribunal Federal pode realizar controle difuso de constitucionalidade de leis.
- c O controle difuso de constitucionalidade de leis não pode ser feito por juiz singular.
- d O controle difuso de constitucionalidade de leis produz efeitos **erga omnes**.

88. Assinale a alternativa **correta**:

- a Os Tribunais de Justiça não podem exercer controle concentrado de constitucionalidade de leis.
- b O controle concentrado de constitucionalidade pode ser feito de ofício pelo Supremo Tribunal Federal.
- c Segundo a legislação em vigor, por meio da argüição de descumprimento de preceito fundamental ode haver controle concentrado de constitucionalidade de leis.
- d Por meio de ação direta de inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal pode declarar leis municipais inconstitucionais.

89. Assinale a alternativa **correta**:

- a O Supremo Tribunal Federal, para fins de declaração de inconstitucionalidade de Medida Provisória, nunca pode apreciar se há urgência para sua edição, uma vez que a análise da existência desse requisito cabe exclusivamente ao Presidente da República.
- b O Supremo Tribunal Federal pode dar à lei interpretação conforme a Constituição.
- c A declaração de inconstitucionalidade de lei pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar ação direta de inconstitucionalidade somente produz efeitos após a suspensão da execução da lei inconstitucional pelo Senado Federal.
- d A constitucionalidade de leis aferida pelo Supremo Tribunal Federal em ações diretas de inconstitucionalidade se restringe somente ao aspecto formal da lei.

90. Assinale a alternativa **correta**:

- a em nenhuma hipótese podem os Estados legislar acerca de questões relativas a matérias cuja competência para legislar seja da União.
- b No âmbito da competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão competência legislativa plena.
- c A competência legislativa dos Estados é taxativamente enumerada na Constituição Federal.
- d Compete exclusivamente à União legislar acerca de juizado de pequenas causas.

91. Assinale a alternativa **correta**:

- a A sanção ao projeto de lei cuja iniciativa deveria ser do Presidente da República, mas que foi do Poder Legislativo, sana o vício de inconstitucionalidade por vício de iniciativa.
- b Aos Governadores de Estado deve caber, no âmbito estadual, a iniciativa de leis das mesmas matérias cuja iniciativa cabe ao Presidente da República, no âmbito federal, sob pena de inconstitucionalidade.
- c Nos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República é sempre vedada a apresentação de emendas.
- d Derrubado o veto do Presidente da República a projeto de lei, o Presidente da República fica obrigado a sancionar projeto.

92. Assinale a alternativa **correta**:

- a A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo eleitos pelo sistema proporcional.
- b O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal eleitos segundo o princípio proporcional.
- c O Presidente da República é eleito segundo o princípio proporcional.
- d Os membros do Tribunal Superior Eleitoral são eleitos segundo o princípio proporcional.

93. Assinale a alternativa **correta**:

- a O Congresso Nacional pode, em algumas hipóteses, sustar atos normativos do Poder Executivo.
- b O julgamento, pelo Congresso Nacional, das contas prestadas pelo Presidente da República faz coisa julgada.
- c Ao Congresso Nacional não cabe fiscalizar atos do Poder Executivo.
- d A mudança, mesmo temporária, da sede do Congresso Nacional é vedada, uma vez que Brasília é a Capital Federal.

94. Assinale a alternativa **correta**:

- a As ações populares ajuizadas contra o Presidente da República são de competência do Supremo Tribunal Federal.
- b As ações populares contra ato do Tribunal de Justiça do Distrito Federal são competência da justiça local do Distrito Federal.

- c As ações populares só podem ser ajuizadas por maiores de 35 anos.
- d As ações populares não podem ser ajuizadas por menores de 15 anos.

95. Assinale a alternativa **correta**:

- a A lei ordinária não pode reduzir a maioria penal (imputabilidade) para 16 anos.
- b O devido processo legal não é uma garantia individual.
- c Em nenhuma hipótese o civilmente identificado poderá ser submetido a identificação criminal.
- d O erro judiciário nunca será indenizado.

96. Assinale a alternativa **correta**:

- a A expedição de decreto expropriatório depende de autorização do Poder Legislativo.
- b As desapropriações para fins de reforma agrária serão indenizadas por meio de títulos da dívida agrária resgatáveis após 20 anos.
- c A propriedade produtiva pode ser desapropriada para fins de reforma agrária.
- d Os Municípios podem em algumas hipóteses pagar indenização de desapropriação em títulos da dívida pública.

97. Assinale a alternativa **correta**:

- a As empresas públicas poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas privadas.
- b As sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas privadas.
- c As empresas públicas que explorem atividade econômica de comercialização de bens não se sujeitam ao regime próprio das empresas quanto aos direitos e obrigações civis.
- d As empresas públicas que explorem atividade econômica de comercialização de bens sujeitam-se a licitação.

98. Assinale a alternativa **correta**:

- a Por disposição constitucional, os trabalhadores domésticos têm direito a FGTS.
- b O salário é irredutível, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- c O aviso prévio pode ser inferior a trinta dias.
- d O repouso semanal remunerado deve ser concedido, por disposição constitucional, preferencialmente aos sábados e domingos.

99. Assinale a alternativa **correta**:

- a O ICMS é imposto cumulativo.

- b O ICMS poderá ser seletivo.
- c O ICMS incidirá em qualquer hipótese sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados.
- d O ICMS é imposto de competência municipal.

100. Assinale a alternativa **correta**:

- a A lei não poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.
- b A União pode conceder isenção de tributos estaduais.
- c As taxas não poderão ter base de cálculo própria dos impostos.
- d Os empréstimos compulsórios podem ser instituídos por lei ordinária.

GABARITO DA PROVA OBJETIVA DO III EXAME DE ORDEM DE 2000

QUESTÃO	RESPOSTA
1	D
2	C
3	D
4	D
5	C
6	C
7	B
8	C
9	B
10	D
11	D
12	D
13	C
14	D
15	D
16	D
17	C
18	A
19	C
20	D
21	C
22	B
23	D
24	C
25	D

QUESTÃO	RESPOSTA
51	A
52	C
53	B
54	A
55	D
56	C
57	D
58	A
59	C
60	D
61	D
62	D
63	A
64	A
65	B
66	C
67	C
68	D
69	A
70	C
71	B
72	B
73	D
74	A
75	C

26	C
27	D
28	ANULADA
29	C
30	C
31	A
32	D
33	D
34	D
35	A
36	C
37	C
38	ANULADA
39	B
40	B
41	A
42	A
43	A
44	D
45	C
46	A
47	B
48	B
49	C
50	A

76	D
77	C
78	B
79	A
80	C
81	A
82	D
83	B
84	B
85	D
86	D
87	A
88	C
89	B
90	B
91	B
92	A
93	A
94	D
95	A
96	D
97	D
98	B
99	B
100	C